# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul Vara Cível da Comarca de

Vara Cível da Comarca do Rio Brilhante /MS

#### EDITAL DE LEILÃO - BENS IMÓVEIS

Processo nº 0800024-03.2015.8.12.0020 Classe: Execução de Título Extrajudicial Exequente: Sementes Guarujá Ltda

Executados: Aldorindo Medeiros Terra e outra.

O Dr Cezar Fidel Volpi Juiz de Direito da Vara Cível da comarca de Rio Brilhante (MS), com endereço na Rua Rio Brilhante, nº 1060, Bairro Vila Maria, CEP 79130-000, em Rio Brilhante/MS, email: rbr-2vciv@tjms.jus.br, na forma da Lei.

Faz saber aos que virem o presente edital ou dele tomarem conhecimento e a quem possa interessar, que o Sr André Mário Araújo, Leiloeiro Oficial, regularmente inscrito na JUCEMS sob o nº 50, e-mail: sac@andrearaujoleiloes.com.br, e devidamente credenciado na Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, levará a LEILÃO na modalidade **ELETRÔNICA**, no dia, local e horários abaixo mencionados, o bem penhorado e avaliado no processo e nas condições a seguir descritos:

1° LEILÃO – 24 DE SETEMBRO DE 2025, às 15:00 horas (14:00 horário local) 2° LEILÃO – 24 DE SETEMBRO DE 2025, às 15:00 horas (14:00 horário local)

- 1) ENDEREÇO ELETRÔNICO, DATA E HORÁRIO: o leilão será realizado na forma eletrônica, no endereço eletrônico www.andrearaujoleiloes.com.br, devendo os lances ser feitos pela internet no 1º LEILÃO, com inicio no primeiro dia útil subsequente ao da certidão de afixação do Edtal no lugar de costume, com término às 15:00 horas (14:00 horário local) do dia 24 DE SETEMBRO DE 2025, onde entregar-se-á o bem a quem der o maior lanço, em valor igual ou superior ao da avaliação. Caso os lances ofertados não atinjam o valor do bem no 1º leilão, seguir-se-á ao 2º LEILÃO sem interrupção e com término no dia 24 DE SETEMBRO DE 2025, às 15:00 horas (14:00 horário local), ocasião em que o bem será arrematado em favor daquele que maior ofertar, e que não serão aceitos lances inferiores ao preço considerado vil, neste ato em 60% do valor da avaliação, conforme Decisão de fls. 194/198, de 08 de dezembro de 2022.
- 1.1 O início do recebimento dos lances será a partir da data de afixação/disponibilização do edital no Mural Eletrônico/átrio do fórum.
- 1.2 Sobrevindo lance nos 3 (três) minutos antecedentes ao termo final da alienação judicial eletrônica o horário de fechamento do pregão será prorrogado em 3 (três) minutos para que todos os usuários interessadostenham oportunidade de ofertar novos lances (art. 24 do Provimento-CSM/TJMS nº 375/2016).
- 2) DESCRIÇÃO DOS BENS: Dois lotes de terreno urbano, parte da quadra n° 33, com área total de 1.164,00m² (mil cento e sessenta e quatro metros quadrados), localizado na Avenida Ponta Porã, na cidade de Rio Brilhante/MS. Cada um dos lotes mede 12m de frente por 48,50 ditos da frente aos fundos, tendo como área total de 1.164m² (mil, cento e sessenta e quatro metros quadrados), determinado sob o n° 4 e 5, dentro dos seguintes limites: frente, para a Avenida Ponta Porã; lado direito e fundos, com o vendedor; lado esquerdo, com o terreno de Ângelo Brunetto. Contendo uma casa de madeira, sendo, que, sua edificação ocupa parte dos dois lotes do terreno, com a sua área construída de aproximadamente 139m² (cento e trinta e nove metros quadrados). Possuindo, ainda, instalação hidráulica e elétrica, telha de barro, forro de madeira, fossa séptica, muro e uma cobertura aos fundos do terreno. Este bem está matriculado sob o nº 1.305, Livro 2-D, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Brilhante/MS.
- **2.2.** As descrições detalhadas do bem estão no endereço eletrônico <u>www.andrearaujoleiloes.com.br.</u>, para melhor aferição de suas características e de seus estados de conservação. **2.2** O bem será alienado no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para a alienação judicial eletrônica. **2.3** O bem estará em exposição nos locais indicados no endereço eletrônico, com a descrição de cada, para visitação dos interessados, nos dias e horas de (arts. 16 e 17 do Provimento-CSM/TJMS n° 375/2016).



# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante /MS

- **3) DEPOSITÁRIO:** Os bens imóveis a serem leiloados encontram-se depositados com o executado, Sr. Aldorindo Medeiros Terra, inscrito no CPF sob o nº 446.918.311-34, conforme o Auto de Penhora/Depósito de fls. 122 dos autos, de 31 de julho de 2019.
- 4) VALOR DA AVALIAÇÃO: O terreno a ser leiloado foi avaliado em R\$448.140,00 (quatrocentos e quarenta e oito mil e cento e quarenta reais), sendo R\$385,00 (trezentos e oitenta e cinco reais) o valor do metro quadrado. Já a casa, foi avaliada em R\$30.000,00 (trinta mil reais), totalizando em R\$478.140,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, cento e quarenta reais), conforme Auto de Avaliação, expedido em 17 de novembro de 2020, de fls. 149 dos autos, devidamente homologado em Decisão de fls. 194 a 198 dos autos de 08 de dezembro de 2022.
- 5) ÔNUS/DÉBITOS: Sobre os bens imóveis a serem leiloados, constam os seguintes ônus:
  - 1) Hipoteca de 1° grau em favor da Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda., inscrita no CNPJ nº 62182092/0001-25, com sede em São Paulo/SP, conforme R-8 da matrícula nº 1.305, Livro 2-D, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Brilhante/MS;
  - 2) Penhora extraída dos Autos de Execução por Quantia Certa Contra Devedor Solvente, processo nº 0001511-80.2011.8.12.0020, em que Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. move contra Aldorindo Medeiros Terra, perante a Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante/MS, conforme R-9 da matrícula nº 1.305, Livro 2-D, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Brilhante/MS;
  - 3) Penhora extraída dos autos da Ação de Execução de Título Executivo Judicial, processo nº 0800214-68.2012.8.12.0020, em que C. Vale Cooperativa Agroindustrial move contra Aldorindo Medeiros Terra, perante a Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante/MS, conforme R-10 da matrícula nº 1.305, Livro 2-D, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Brilhante/MS;
  - 4) Penhora extraída dos autos da Ação de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 0800002-76.2014.8.12.0020, em que o Banco de Lage Laden Brasil S/A move em face de Aldorindo Medeiros Terra, perante a Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante/MS, conforme R-11 da matrícula nº 1.305, Livro 2-D, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Brilhante/MS.
  - 5) Indisponibilidade do bem imóvel, extraída dos autos do processo nº 0002898-33.2011.8.12.0020, movido contra Aldorindo Medeiros Terra, perante ao STJ Superior Tribunal de Justiça TJMS Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso do Sul Rio Brilhante/MS Vara do Ofício Cível, conforme AV-12 da matrícula nº 1.305, Livro 2-D, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Brilhante/MS.
  - 6) Penhora extraída dos autos de Execução de Título Extrajudicial, processo nº 0800024-03.2015.8.12.0020, em que Sementes Guarujá Ltda. Move contra Aldorindo Medeiros Terra e outro, perante a Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante/MS, conforme R-13 da matrícula nº 1.305, Livro 2-D, Registro Geral, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Rio Brilhante/MS.

**DÉBITOS DE IMPOSTOS E TAXAS MUNICIPAIS**: Sobre os bens imóveis a serem leiloados, não constam débitos nos autos.

Não constam dos autos recursos ou causas pendentes de julgamento, sobre o bem a ser arrematado.

- **5.1.** Os créditos que recaem sobre o bem, inclusive os de natureza *propter rem*, sub-rogam-se sobre o respectivo preço, observada a ordem de preferência (art. 908, § 1º do CPC/2015), salvo determinação judicial em contrário. Eventuais débitos tributários relativos ao bem imóvel ficam sub-rogados no preço nos termos do artigo 130 do Código Tributário Nacionao, não respondendo por eles o adquirente.
- 6) VALOR DA DÍVIDA NO PROCESSO DE EXECUÇÃO: R\$ 657.584,09 (seiscentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e quatro reais e nove centavos), conforme Cálculo de Atualização Monetária, de fls. 274/276, expedida em 14 de dezembro de 2023.

# Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul

Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante /MS

- 7) CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento deverá ser realizado de imediato pelo arrematante por depósito judicial ou por meio eletrônico, salvo por disposição judicial diversa. 7.1 Homologado o lance, o sistema emitirá guia de depósito judicial identificado vinculado ao juízo da execução. 7.2 O licitante poderá apresentar proposta para adquirir o bem em prestações, de acordo com as regras estabelecidas no art. 895 do CPC/2015 (arts. 26 a 29 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).
- 8) PAGAMENTO DE DESPESAS E DA COMISSÃO DO LEILOEIRO: A comissão devida ao leiloeiro público oficial pelo arrematante será no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor da arrematação, além do ressarcimento das despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, desde que documentalmente comprovadas, na forma da lei. **8.1** – Não será devida a comissão ao leiloeiro público oficial na hipótese da desistência de que trata o art. 775 do CPC/2015, de anulação da arrematação ou de resultado negativo da hasta pública. Anulada ou verificada a ineficácia da arrematação ou ocorrendo a desistência prevista no art. 775 do CPC/2015, o leiloeiro público oficial devolverá ao arrematante o valor recebido a título de comissão, corrigido pelos índices aplicáveis aos créditos respectivos. 8.2 – Na hipótese de qualquer tipo de acordo homologado ou remição, após a realização da alienação, o leiloeiro fará jus à comissão sobre o valor do acordo ou pagamento, o que for menor. 8.3 – Se o valor da arrematação for superior ao crédito do exequente, a comissão do leiloeiro público oficial, assim como as despesas com remoção e guarda dos bens, poderão ser deduzidas do produto da arrematação. 8.4 - O executado ressarcirá as despesas com a remoção, guarda e conservação dos bens, inclusive se, depois da remoção, sobrevier substituição da penhora, conciliação, pagamento, remição ou adjudicação (art. 10 do Provimento CSM/TJMSnº 375/2016). **8.5** – Correrão por conta do arrematante as despesas e os custos relativos à desmontagem, remoção, transporte e transferência patrimonial dos bens arrematados (art. 35 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016).
- **8.6.** ADJUDICAÇÃO: A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro leilão (art.21, inciso V do Provimento CSM/TJMS n. 375/2016) se o exequente adjudicar o bem penhorado ficará responsável pelo pagamento da comissão em percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da avaliação do bem, devida ao Leiloeiro André Mário Araújo Jucems nº 50.
- **8.7. REMIÇÃO DA EXECUÇÃO:** Se o executado, após a abertura da coleta de lances para o primeiro leilão (art.21, inciso V do Provimento CSM/TJMS n. 375/2016), pagar a dívida antes de adjudicado ou alienado o bem, na forma do artigo 826, do Código de Processo Civil, deverá apresentar até a data e hora designadas para o leilão, a guia comprobatória do referido pagamento, acompanhada de petição fazendo menção expressa quanto à remição da execução, sendo vedado para tal finalidade o uso do protocolo integrado. Neste caso, deverá o executado pagar a importância atualizada da dívida, mais juros, custas, honorários advocatícios e a comissão em percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor do acordo ou avaliação, o que for menor devida ao Leiloeiro André Mário Araújo Jucems nº 50 (art. 10, §3º do Provimento CSM/TJMS no 375/2016).
- **8.8. ACORDO:** A partir da abertura da coleta de lances para o primeiro leilão (art. 21, inciso V do Provimento CSM/TJMS n. 375/2016), caso seja celebrado acordo entre as partes com suspensão do leilão, fica o executado obrigado a pagar a comissão em percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor do acordo ou avaliação, o que for menor devida ao Leiloeiro André Mário Araújo Jucems nº 50 (art. 10, §3º do Provimento CSM/TJMS no 375/2016).
- 9) DISPOSIÇÕES FINAIS: Podem oferecer lance quem estiver na livre administração de seus bens, com exceção das pessoas elencadas nos incisos do artigo 890 do CPC/2015 (art. 13 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). 9.1 O usuário interessado em participar da alienação judicial eletrônica deverá se cadastrar previamente no sítio eletrônico em que se desenvolverá a alienação, devendo o leiloeiro público oficial confirmar ao interessado o seu cadastramento via e-mail ou por tela de confirmação. 9.2 O cadastramento será gratuito e estará sujeito à conferência de identidade em bancos de dados oficial, responsabilizando-se o usuário, civil e criminalmente, pelas informações lançadas e implicará a aceitação da integralidade das disposições contidas na Resolução nº 236/2016 e no Provimento CSM/TJMS nº 375/2016, assim como nas demais condições estipuladas neste edital. 9.3 O leiloeiro público oficial estará disponível para prestar aos interessados os esclarecimentos de quaisquer dúvidas sobre o funcionamento do leilão até o dia anterior ao leilão, bem como para dirimir eventuais dúvidas referentes às transações efetuadas durante e depois do leilão judicial eletrônico (arts. 14 e 15 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). 9.4 Durante a alienação, os lances deverão ser oferecidos diretamente no



#### Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul Vara Cível da Comarca de Rio Brilhante /MS

sistema do gestor, os quais serão imediatamente divulgados *on-line*, de modo a viabilizar a preservação do tempo real das ofertas. Ainda, os lances e dizeres inseridos na sessão *on-line* correrão exclusivamente por conta e risco do usuário (arts. 27 e 39 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **9.5**—O arrematante que injustificadamente deixar de efetuar os depósitos, se assim o declarar o juiz do processo, terá seu nome inscrito no Cadastro de Arrematantes Remissos do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul e não poderá mais participar das alienações judiciais eletrônicas no PJMS pelo período de um ano, podendo, ainda, ser responsabilizado por tentativa de fraude a leilão público (arts. 335 e 358 do Código Penal) e, também, por possíveis prejuízos financeiros a qualquer das partes envolvidas no leilão (art. 32 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **9.6**—Eventuais ocorrências ou problemas que possam afetar ou interferir nas regras deste edital serão dirimidos pelo juiz da execução (art. 43 do Provimento CSM/TJMS nº 375/2016). **9.7**—A arrematação será considerada perfeita, acabada e irretratável tão logo assinado o auto pelo juiz, pelo arrematante e pelo leiloeiro público oficial, observadas as disposições do art. 903 do CPC/2015. A assinatura do arrematante será dispensada em leilão eletrônico quando o arrematante outorgar poderes ao leiloeiro público oficial (Ofício Circular nº 126.664.075.0034/2017).

Ficam desde logo intimados, o executado, proprietário e fiel depositário do bem Aldorindo Medeiros Terra-CPF nº 446.918.311-34, seu cônjuge se casado for, da executada e coproprietária do bem Susana de Fatima Montanha Medeiros - CPF nº 448.115.191-91, seu conjuge se casado for, o credor hipotecário Arysta Lifescience do Brasil Indústria Química e Agropecuária Ltda. - CNPJ nº 62.182.092/0001-25, o promitente comprador/vendedor, se por ventura não tiver(em) procurador(es) constituído(s) nos autos ou não for(em) encontrado(s) para a intimação pessoal; das datas do leilão constantes neste Edital, bem como para todos os efeitos do art. 889 do CPC/2015 e de que, antes da arrematação e da adjudicação dos bens, poderão remir a execução, consoante o disposto nos arts. 826 e 902 do CPC/2015. Fica(m) cientificado(s) de que o prazo para a apresentação de quaisquer medidas processuais contra os atos expropriatórios contidas no §1ºdo art. 903 do CPC/2015 será de dez dias após o aperfeiçoamento da arrematação (art. 903, §2º, doCPC/2015). E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se o presente edital, que será publicado e afixado na forma da Lei. Eu, Sandra Giuliani Bortolotto, Chefe de Cartório, conferi.

Rio Brilhante/MS, 31 de maio de 2023.

Cezar Fidel Volpi.

Juiz de Direito

(assinado por certificação digital)